

**Teodoro Silva Santos**

**O JUIZ DAS GARANTIAS  
SOB A ÓPTICA DO  
ESTADO DEMOCRÁTICO  
DE DIREITO**

**A adequação ao ordenamento  
jurídico brasileiro**

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPodivm

**Diagramação:** Equipe JusPodivm

**Capa:** Ana Caquetti

**Revisão:** Conceição de Maria Vasconcelos Lima

S237j Santos, Teodoro Silva.  
O Juiz das Garantias Sob a Óptica Do Estado Democrático de Direito: A Adequação ao Ordenamento Jurídico Brasileiro / Teodoro Silva Santos – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.  
240 p.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5680-581-8

1. Direito Processual Penal. 2. Juiz das Garantias. I. Santos, Teodoro Silva. II. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO.....	29
-----------------	----

## Capítulo 1

---

OS SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS.....	39
1.1 Considerações sobre a formulação dos sistemas processuais.....	39
1.2 O sistema acusatório.....	41
1.2.1 Histórico do sistema acusatório universal: do modelo clássico ao contemporâneo.....	41
1.2.2 O sistema processual nacional à luz da Constituição da República de 1988.....	46
1.3 O sistema inquisitório.....	52
1.3.1 As raízes históricas e a consolidação do sistema inquisitório.....	53
1.3.2 As características do sistema inquisitório.....	60
1.3.3 A identificação do núcleo fundante do sistema inquisitório.....	63
1.4 A relevância contemporânea da distinção entre os sistemas acusatório e inquisitório.....	70
1.5 O sistema misto.....	73

## Capítulo 2

---

A IMPARCIALIDADE JUDICIAL NO PROCESSO PENAL.....	77
2.1 A imparcialidade do juiz penal no modelo acusatório.....	77
2.1.1 As dimensões do princípio da imparcialidade.....	80
2.1.2 A neutralidade <i>versus</i> a imparcialidade.....	87
2.2 As contribuições da teoria da dissonância cognitiva para o processo penal: uma crítica ao empecilho da imparcialidade.....	89
2.2.1 A teoria da dissonância cognitiva para a análise crítica do processo penal brasileiro.....	90
2.2.2 A regra de prevenção do Código de Processo Penal e o comprometimento da imparcialidade.....	100

*Capítulo 3*

A FIGURA DO JUIZ DAS GARANTIAS EM SINTONIA COM O GARANTISMO PENAL: ESTUDO A PARTIR DE MODELOS DE ESTADOS EUROPEUS E LATINO-AMERICANOS .....	107
3.1 O Juiz das Garantias: linhas iniciais .....	107
3.2 O garantismo e o Juiz das Garantias.....	115
3.3 O Juiz das Garantias e os institutos correlatos presentes em Estados europeus e latino-americanos .....	130
3.3.1 Institutos correlatos: Itália, França e Portugal .....	132
3.3.2 O Juiz das Garantias na América Latina.....	137

*Capítulo 4*

O MODELO BRASILEIRO DO JUIZ DAS GARANTIAS: UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL SOB A ÓPTICA DO GARANTISMO – A TEORIA DE FUNDO .....	143
4.1 A atividade judicante no processo penal democrático e o Juiz das Garantias .....	144
4.2 A repercussão da inserção do Juiz das Garantias no Ordenamento Jurídico brasileiro e os empecilhos à sua aplicação criados pelo Supremo Tribunal Federal .....	151
4.3 O Juiz das Garantias: a aplicação ampla da imparcialidade nos planos horizontal e vertical em compasso com o modelo acusatório.....	159
4.3.1 O Juiz das Garantias no primeiro grau: a aplicação ampla da imparcialidade no plano horizontal.....	162
4.3.2 O Juiz das Garantias nos tribunais: a aplicação ampla da imparcialidade no plano vertical em compasso com o modelo acusatório .....	167
4.3.3 O limite de atuação do Juiz das Garantias.....	171
4.4 A estrutura jurisdicional brasileira e a viabilidade da implantação do Juiz das Garantias.....	174
4.4.1 A reorganização da administração judiciária .....	176
4.4.2 Os aspectos práticos e procedimentais para a implementação do Juiz das Garantias no Poder Judiciário brasileiro.....	180
4.5 Juiz das Garantias: modelo viável para o Ordenamento Jurídico brasileiro .....	183
4.6 Projeto de Lei .....	187
4.7 Projeto de Lei – Justificação .....	188

*Capítulo 5*

---

COMENTÁRIOS AOS DISPOSITIVOS QUE INSTITUÍRAM O JUIZ DAS GARANTIAS: ARTIGOS 3º-A A 3º-F DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	191
CONCLUSÃO.....	203
REFERÊNCIAS.....	217